

As prioridades sociais do Orçamento Participativo em Porto Alegre no período 1997 a 2016.

Bernardo Calixto Pinheiro¹;

Adalmir Antonio Marquetti²

Eixo 2 - Economia

RESUMO

Este estudo tem como objeto investigar as prioridades sociais eleitas nas regiões do Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre entre 1997 e 2016. As principais prioridades escolhidas no período foram, Habitação com 31%, representando aproximadamente o dobro das pautas de Educação e Saúde ambas com 17%, seguido de Circulação e Transporte com 12% e Assistência Social com 10%, Cultura e Desenvolvimento Econômico ambos com 4%, tendo a pauta de Esporte e Lazer apenas 1,9%.

Palavras-chave: Administração Pública; Democracia Direta; Orçamento Participativo.

INTRODUÇÃO

Pioneira no Brasil, a capital Porto Alegre, deu os primeiros passos na implantação do OP em 1989. O OP de Porto Alegre assumiu o seu formato atual em 1992. Entre os anos de 1992 e 2016 foram realizadas assembleias regionais em que os participantes definiam através de votação as cinco prioridades de sua região. Essas eram utilizadas para definir as três prioridades da cidade como um todo. O OP é uma forma de democracia participativa em que a população das regiões escolhe as suas prioridades de investimento e serviços públicos.

OBJETIVO

Este estudo tem como objeto central investigar as prioridades sociais eleitas nas regiões do Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre entre 1997 e 2016.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, PUCRS, e-mail: bernardo.pinheiro@acad.pucrs.br

² Professor no Programa de Pós-Graduação em Economia, PUCRS, e-mail: aam@pucrs.br

METODOLOGIA

A Metodologia consistiu em investigar as escolhas realizadas pelas 17 regiões do OP em que a Cidade foi organizada. Cada região escolhe cinco prioridades em ordem de preferência, da primeira até a quarta prioridade. Para análise foram utilizados os dados referentes ao sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que possuem informações sobre os ciclos anuais do Orçamento Participativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta as prioridades que os participantes nas assembleias regionais do OP podem votar. Cada participante vota em quatro das prioridades elencadas que são utilizadas para definir as prioridades das regiões. A nossa análise investiga as quatro primeiras prioridades eleitas nas 17 Regiões entre os anos de 1997 e 2016. Para simplificar a análise vamos utilizar uma versão simplificada que considera as escolhas pelos seguintes grandes temas: Circulação e Transporte; Cultura; Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo; Educação; Esporte e Lazer; Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental; Saúde; e Assistência Social.

A Tabela 1 apresenta o total das prioridades escolhidas pelos participantes das Regiões do OP. A análise abrange 1188 prioridades escolhidas ao longo do período estudado. A demanda de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental apareceu 371 vezes entre o total das principais prioridades escolhidas, representando 31,2% do total. Essa votação esteve concentrada em Habitação e Saneamento Básico. A segunda demanda com maior votação foi Saúde, escolhida 210 vezes, o que representou 17,7% das escolhas. Muito próxima em terceiro lugar ficou Educação, escolhida por 207 vezes, o que representou 17,4% das escolhas totais. Circulação e Transporte ficou em quarto lugar com 146 votos o que representou 12,3% das prioridades totais, pavimentação de estrada foi o principal item escolhido desse grande tema. A seguir, as demandas ligadas à Assistência Social foram escolhidas 125 vezes como prioridade no geral, o que representou 10,5% das escolhas. Os grandes temas com menor número de escolha foram Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo com 54 escolhas; Cultura com 52 escolhas e

Esporte e Lazer com 23 escolhas no geral; representando 4,5%; 4,4% e 1,9% respectivamente.

A partir dos resultados têm-se a seguinte ordem de importância quanto ao quantitativo geral das prioridades escolhidas pelos participantes no período de 1997 a 2016 nas assembleias do OP: Habitação, Saúde, Educação, Circulação e Transporte e Assistência Social.

Tabela 1: Temáticas escolhidas no geral como prioridade nas 17 Regiões do OP

	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2014	2015	2016	total
Circulação e Transporte	16	8	10	11	10	8	8	8	7	7	8	7	8	8	7	3	7	5	146
Cultura	1	1	2	0	0	0	3	4	1	3	1	0	2	0	2	10	14	8	52
Des. Econ. Tribut. e Turismo	0	2	1	3	5	4	4	6	5	5	2	3	2	3	2	3	3	1	54
Educação	9	9	11	11	14	12	11	12	13	12	16	16	14	13	11	7	6	10	207
Esporte e Lazer	1	8	2	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	2	3	3	23
Hab. Orç. Cidade. Des. Urb. Amb.	29	21	22	21	20	25	17	19	21	19	22	18	18	20	20	21	21	17	371
Saúde	6	12	8	12	9	9	12	9	9	10	11	15	18	18	16	8	10	18	210
Assistência Social	2	3	8	6	5	6	8	6	8	11	8	9	6	6	9	14	4	6	125

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre

É importante ressaltar que a população pobre que participa do OP. Portanto, o OP funcionou como uma forma de acesso da população pobre ao Estado. A participação no OP possibilitou o aprendizado e representou uma mudança na forma da condução administrativa do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Orçamento Participativo possibilitou um aperfeiçoamento institucional no seio democrático porto-alegrense e na definição e participação popular nas políticas públicas. A possibilidade de participação da população de menor renda na deliberação sobre as demandas que representam suas necessidades, diante das escolhas definidas nos ciclos do OP, possibilitou identificar as carências da população mais pobre da Cidade.

A democracia representativa deixa explícito suas fragilidades ao não conseguir corresponder aos desafios contemporâneos que decorrem dos movimentos políticos e suas complexidades sociais, jurídicas e econômicas. Sendo necessário ultrapassar

a visão unívoca, de que democracia acontece pelo procedimentalismo de escolha popular apenas durante os períodos eleitorais. É humano e generoso, viabilizar e ampliar espaços públicos que acolham e promovam a participação da população.

A análise do período 1997-2016 demonstra que dentro das 8 pautas, as demandas na área de Habitação figuraram com 31%, representando aproximadamente o dobro das pautas de Educação e Saúde ambas com 17%, seguido de Circulação e Transporte com 12% e Assistência Social com 10%, Cultura e Desenvolvimento Econômico ambos com 4%, tendo a pauta de Esporte e Lazer apenas 1,9% no geral.

AGRADECIMENTOS

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul por viabilizar a possibilidade de meu acesso ao universo da pesquisa científica. Ao professor Adalmir Marquetti por sua paciência, tenacidade, coerência e pela dedicação ao me orientar da melhor forma possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

MARQUETTI, Adalmir A. **O Orçamento Participativo como uma Política Redistributiva em Porto Alegre**. 2002.

MARQUETTI, A. (2007). **Experiências de Orçamento Participativo no Brasil: uma proposta de classificação**. Dagnino, E.; Tatagiba, L. (Org.). Democracia, Sociedade Civil e Participação. ARGOS Editora Universitária, p. 77-95.

MARQUETTI, A.; Campos, G. (2008). **Democracia e Redistribuição: apontamentos iniciais**. In: Marquetti, A.; Campos, G.; Pires, R. (Org.). Democracia Participativa e Redistribuição: análise de experiências de Orçamento Participativo. Xamã Editora, p. 13-29.

MARQUETTI, Adalmir A.; SILVA, Carlos E. S.; CAMPBELL, Al. **Participatory Economic Democracy in Action: Participatory Budgeting in Porto Alegre, 1989 – 2004**. Outubro, 2009.

PORTO ALEGRE. **Regimento Interno Orçamento Participativo 2018**. Disponível <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1551> Acesso em 14 de janeiro de 2021.